

UMA TEOLOGIA DA NATUREZA HUMANA DE CRISTO

Milton L Torres

Mestre em Lingüística, UFBA. Doutorando em Teologia, Universidad Adventista del Plata, Argentina..
Professor de Português, Inglês e Grego no SALT-IAENE.

A centralidade da pessoa de Cristo na teologia cristã é uma garantia da relevância contínua de estudos acerca de Sua natureza humana: compreender a natureza humana de Cristo é uma questão central para o nosso entendimento da doutrina da pessoa e da obra de Jesus Cristo.

Essa questão da natureza humana de Cristo desempenha um papel fundamental no Novo Testamento - as primeiras heresias foram precisamente aquelas que se relacionaram com o tema. O docetismo, por exemplo, negava a realidade da humanidade de Cristo, dizendo que nada mais era do que uma "aparência". Também havia aqueles que reduziam sua importância, atribuindo à humanidade de Cristo uma certa temporariedade, como se fosse meramente a roupa com a qual Se tingiu enquanto esteve na terra.

Os pais da igreja primitiva (Irineu, Tertuliano, Hipólito, Atanásio, etc.) abordaram esse tema, que se vinculou às principais polêmicas da época: apolinarianismo, nestorianismo, eutiqueanismo, monofisismo, monoteletismo, etc.

Para a Igreja Adventista do Sétimo Dia¹ um claro entendimento dessa doutrina pode corroborar para um *insight* mais profundo acerca de como a humanidade de Cristo enfrentou e venceu o pecado, que é uma questão ao redor da qual muita especulação tem sido feita em nossa literatura recente. No entanto, um estudo da humanidade de Cristo esbarra forçosamente em algumas limitações antropológicas e hamartiológicas da compreensão humana.

As Limitações Antropológicas e Hamartiológicas

Uma visão da humanidade de Cristo não é necessariamente uma visão antropológica, pois, por causa de Sua natureza divina, o Messias extrapola o âmbito do *anthropos*. No entanto, não se pode negar que há certos elementos antropológicos envolvidos: Cristo era plenamente homem e, além disso, viveu e morreu como homem.

Para T. E. Pollard, ser humano significa viver numa relação EU-TU com Deus e numa relação EU-NÓS com os outros homens: com a família, o clã, a

¹ Doravante, IASD.

tribo ou a raça.² Poderíamos ampliar essa definição sugerindo que essas duas relações implicam em IDENTIFICAÇÃO DIRETA com os demais homens e IDENTIFICAÇÃO INDIRETA com Deus.

Mas essa definição é insuficiente porque se centra unicamente no aspecto das relações do homem com seus semelhantes e seu Deus, mas não leva em consideração suas relações com si mesmo. Por isso, é apropriada a definição de humanidade que é dada por Wolfhart Pannenberg de que ser homem significa ser aberto.³ O conceito de abertura de Pannenberg nos é mais útil porque transcende os limites da antropologia contemporânea, pois coloca o homem, como ele mesmo o declara, “além do horizonte momentâneo deste mundo”.

É justamente essa abertura transcendente do homem que nos aproxima de uma verdadeira compreensão da humanidade de Cristo. Não se trata de medir o homem e depois discutir até que ponto Cristo Se encaixa em nossa definição de humanidade. Parece que muito mais deveríamos tratar de compreender a humanidade de Cristo para, assim, podermos ter um vislumbre daquilo que realmente o homem pode ser. Afinal de contas, desde a queda de Adão, o único homem que Se aproximou do ideal de Deus para Sua criatura foi precisamente **Jesus**.

Por isso, entendo que posso prescindir das definições antropológicas do ser humano e passar diretamente ao estudo da humanidade de Cristo - a verdadeira humanidade, a humanidade autêntica, real, plena e genuína!

Por outro lado, se tomamos a definição de pecado em seu sentido mais amplo, que transcende os limites do mero ato praticado e inclui as tendências e predisposições, omissões e intenções, bem como qualquer carga de sentimento que possa ter, como sua base, a maldade (consciente ou inconsciente) e/ou a rebelião contra Deus, pode-se indagar até que ponto o homem Jesus tenha sido afetado pelo pecado.

Jesus é o homem que tem plena posse do Logos. Somente a partir da encarnação do Logos é que o verdadeiro homem surgiu. Jesus é o homem que traz a constante tentativa humana de imitar a Deus à sua concretização. Jesus é o homem que traz a obediência à Lei de Deus (pendente sobre todos os homens) à sua satisfação. Jesus é o homem que, mesmo no infortúnio da cruz, exalta a justiça de Deus. Jesus é o modelo da relação de fé para com Deus e de amor para com Seus semelhantes. Jesus é a essência da fé e a fé é a essência do que Jesus fez. Em suma, Jesus é o ideal de perfeição da raça humana. É, por isso, que Karl Rahner afirma que “a cristologia é o início e o fim de toda antropologia, e antropologia em sua mais radical realização”.⁴

Ou seja, em vez de ser menos humano do que os outros homens, Jesus é mais humano do que todos eles, pois Ele Se tornou homem de acordo com o

² T. E. Pollard, *Fullness of Humanity: Christ's Humanness and Ours* (Sheffield, Inglaterra: Almond, 1982), 25-26.

³ Wolfhart Pannenberg, *Jesus - God and Man* (Philadelphia: Westminster, 1968), 193.

⁴ Citado por Pannenberg, 199.

ideal de Deus. Paradoxalmente, podemos afirmar que Jesus Se tornou homem porque Ele Se tornou aquilo que os homens nunca haviam sido. Nos dizeres de Lightfoot, "Cristo não Se tornou o que os homens eram, Ele Se tornou aquilo que deveriam ser e aquilo que, ao aceitá-Lo, também podem se tornar."⁵

A Origem da Natureza Humana de Jesus

1. Uma Natureza Humana Preexistente

Diferentes posições têm sido mantidas quanto à origem da natureza humana de Jesus. Karl Barth, por exemplo, defende que ela existia antes da encarnação e, a partir daí, desenvolve sua idéia de pós-existência permanente.⁶ Isto é, para garantir a indiscutibilidade de que Cristo mantém para sempre Sua natureza humana, Barth a projeta também para a eternidade anterior à encarnação.

A fim de defender essa mesma posição, Murphy-O'Connor lança mão de um outro argumento: "Para criar Adão, Deus deve ter tido uma idéia de humanidade perfeita... Cristo, portanto, foi concebido para representar o propósito divino que se concretizou historicamente na criação de Adão".⁷ Exatamente o que o autor quer dizer com "Cristo foi concebido", ele não deixa claro, mas aparentemente, pelo menos, faz uma referência a uma pré-existência da natureza humana de Cristo. É, por isso, que, segundo ele, Jesus é chamado de "primogênito de toda criação" - Col. 1:15.

Talvez esse posicionamento advenha daquela tradição exegética judaica, especulativamente usada por Filo de Alexandria, segundo a qual os dois relatos vetero-testamentários da criação do homem têm aplicações diferentes.⁸ O relato de Gên. 1:26ff seria a descrição da criação do "homem celestial"; e o de Gên. 2:7, a da criação do "homem terreno", acerca do qual se narram a queda e a perda do paraíso.

No entanto, quando Paulo traça paralelos entre Adão e Cristo (Rom. 5), ele inverte o *locus* da verdadeira humanidade (de um passado remoto para o futuro). Ele retira a questão da verdadeira humanidade da esfera especulativa para a histórica.

2. Uma Natureza Humana Que Surge na Encarnação

Para outros, a natureza humana de Cristo surge a partir de Sua encarnação. Para F. Schleiermacher, o aparecimento da natureza humana em Cristo coincide com a criação da própria natureza humana de modo geral: "O aparecimento de Cristo e a instituição desta nova vida corporativa teriam que ser considerados

⁵ Citado por Pollard, 86.

⁶ Karl Barth, *Church Dogmatics*, Editado por G. W. Bromiley e T.F. Torrance (Edinburgo: T& T. Clark, 1936-1962), 48-53.

⁷ Jerome Murphy-O'Connor, *Becoming Human Together* (Wilmington: Michael Grazier, 1977), 48.

⁸ Conf. Pannenberg, 200.

como a conclusão da criação da natureza humana”.⁹ Assim, teria sido necessário que Jesus Se tornasse homem para que a humanidade pudesse compreender o que “ser homem” significava.

Controvérsias Acerca da Natureza Humana de Cristo Historicamente, a questão da natureza humana de Cristo é antiga. Atanásio, que era representante da teologia de Alexandria (no Egito), defendia que a humanidade de Jesus revestia o Logos. Isto é, a carne seria apenas uma ferramenta ou instrumento do Logos. O corolário disso foi que os arianos acabaram por alegar que teria havido uma contaminação do Logos com a carne, almejando, assim, negar Sua divindade.

Eustáquio de Antioquia (na Síria) reagiu a isso, propondo uma separação das duas naturezas a fim de salvar a divindade do Logos. Por outro lado, Apolinário tentou o caminho inverso, afirmando que tal contato não contaminava o Logos, mas deificava a carne. Ressaltava, porém, que as duas naturezas, completas em si mesmas, nunca poderiam se tornar uma. Dois problemas derivam disso:

- a) Jesus não possuía nenhuma individualidade humana (Sua natureza humana era uma mera abstração); e/ou
- b) Jesus havia sido um super-homem desde o princípio.

Nem os teólogos de Antioquia nem os de Alexandria tinham a verdade plena, mas apenas elementos da verdade: a idéia da natureza humana real e individual de Jesus (na cristologia da disjunção assumida por Antioquia) e a ilimitada unidade entre as naturezas divina e humana de Jesus (na cristologia da unificação assumida por Alexandria).

O Concílio de Calcedônia procurou uma acomodação dessas propostas antagônicas. Esse Concílio não se interessava pelas duas naturezas de Cristo como tais, mas com a integralidade de ambas. Foi esse o Concílio que trouxe os conflitos cristológicos do século V a uma conclusão preliminar: Cristo é “um e o mesmo” em duas naturezas. A divindade e a humanidade devem ser concebidas como não misturadas ($\alpha\sigma\upsilon\chi\eta\tau\omicron\varsigma$), imutáveis ($\alpha\tau\epsilon\pi\tau\omicron\varsigma$), indivisíveis ($\alpha\delta\iota\alpha\tau\epsilon\tau\omicron\varsigma$) e inseparáveis ($\alpha\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\omicron\varsigma$). Sua individualidade é mantida, apesar de Suas naturezas se unirem em uma única pessoa ($\upsilon\pi\omicron\sigma\tau\alpha\sigma\iota\varsigma$).

Objções Quanto ao Uso do Termo “Natureza” em Relação a Jesus

O próprio emprego da expressão “natureza” em relação a Jesus tem recebido objções¹⁰ sob os seguintes argumentos:

- a) a impossibilidade de, com um único conceito, sumariar o divino e o humano;

⁹ F. Schleiermacher. *The Christian Faith* (Harper and Row, 1963).

¹⁰ Dentre os objetores encontram-se F. Schleiermacher, Werner Elert e Schlink.

- b) a total superioridade do divino sobre o humano excluiria qualquer dependência complementar;
- c) a possibilidade de que o termo natureza divina pudesse implicar em qualquer tipo de limitação à infinitude de Deus.

Embora reconheça a relevância de tais argumentos, parece-me mais recomendável que continuemos a empregar o termo, pois nos falta um outro que possa dar conta dessas elaborações. É uma impossibilidade pragmática encontrar na língua termos que reflitam plenamente quaisquer aspectos da Divindade. Por isso, somos forçados a recorrer a antropomorfismos que, se não definem com precisão, pelo menos sugerem definições.

Assim, “natureza” pode ser definida como sendo a essência ou a propriedade de um *ser*: o conjunto de suas qualidades, atributos ou partes que constituem um ser individual de uma espécie, categoria ou nível.

O termo “natureza” não é, todavia, um sinônimo para “pessoa”. Por “pessoa” se entende aqui o sujeito a quem a natureza pertence. Em Cristo há *duas naturezas*, porém somente *uma pessoa*. Conforme dizia Gregório de Nazianzo, “em Cristo há um algo e outro algo, mas não um alguém e outro alguém”.¹¹

A definição teológica de “natureza” e “pessoa” não coincide, neste contexto, com sua definição moderna, segundo a qual “natureza” é o material subjacente e prévio à atividade transformadora da arte e da técnica; e “pessoa” é o aspecto psicológico ou ético-jurídico, isto é, a consciência, os deveres, os direitos, etc.¹²

O Equilíbrio entre o Universal e o Individual na Pessoa de Cristo

Sem deixar de ser individual, Cristo é o membro focal e universal da raça humana. Ele é o universal sob forma concreta. Os escritores do NT aplicam a Jesus tanto o termo *anthropos* quanto *aner*: o primeiro tem conotação universal (homem como integrante da raça humana); e o segundo, individual (homem considerado a partir de suas características individuais - sua masculinidade e demais idiossincrasias).

O admirável equilíbrio entre o universal e o individual em Jesus induz-nos a uma percepção nítida de Sua plenitude como homem: “Como filósofo, teria superado a Sócrates; como orador, teria eclipsado a Demóstenes”.¹³ Uma humanidade como a Sua só existiu uma única vez na história!

Corolários da Factualidade da Humanidade de Jesus

¹¹ Citado por Manuel M. G. Gil, *Cristo, el misterio de Dios: Cristología y soteriología*, (Madrid: Editorial Católica, 1976), 1: 255.

¹² *Ibid.*, 256.

¹³ *Ibid.*, 392.

Quatro pontos essenciais irradiam da facticidade da humanidade de Jesus:

- a) ela garante a veracidade da encarnação (caso contrário, se poderia dizer que houve reservas da parte de Deus no que tange a Sua identificação com nós pecadores);
- b) ela provê uma base essencial para a expiação (Jesus pode interceder por nós do ponto-de-vista de quem conhece as nossas necessidades);
- c) ela assegura a realidade de um exemplo perfeito (Sua vitória constitui a fonte de nossa vitória);
- d) ela aponta para o nosso destino eterno (o que Jesus foi e é - como homem - poderemos vir a ser).

Segundo H. D. McDonald, “para redimir-nos, Deus precisava expressar-Se em termos das experiências comuns a nós seres humanos. E a realidade humana de Jesus é a implicação histórica e a viva vindicação dessa necessidade”¹⁴.

O evento do batismo de Jesus é uma comprovação dessa partilha de experiências. Sem possuir pecado, Jesus Se submete ao rito batismal em patente identificação com o ser humano pecador. “No Jordão, Ele [Cristo] abertamente Se une à pecaminosidade humana; no Calvário, Ele abertamente faz expiação por ela”.¹⁵

A humanidade de Cristo é tão evidente que a mais freqüente designação que Jesus faz a Si mesmo é a de “Filho do Homem”. Esse título (que provavelmente buscou em Dan. 7:13) Lhe é atribuído 70 vezes nos Sinóticos e é encontrado tão cedo quanto Mar. 2:10. A combinação, neste título, de humanidade e triunfo escatológico faz com que seja a designação perfeita para o Salvador dos homens.

Praticamente todas as escolas de teologia hoje reconhecem plenamente a humanidade de Cristo e cada vez se apercebem mais de sua significância.¹⁶ Pannenberg chega a dizer que hoje é mais fácil alguém negar Sua divindade do que duvidar de Sua humanidade.¹⁷ Parece-me que o risco do presente momento teológico é justamente arrastar demasiadamente a humanidade de Jesus a uma condição carnal. Não obstante, “o Verbo Se fez carne” e isso deve ser entendido em sua nua realidade e na mais plena literalidade. No homem Jesus “habita *corporalmente* toda a plenitude da Divindade” - Col. 2:9.

Da mesma forma que o AT não tem por intenção provar a existência de Deus, também o NT não tenta provar a humanidade de Cristo. Para os apóstolos, Jesus é integralmente humano. Se a história não nos desenganasse, poderíamos até supor que Sua humanidade jamais seria questionada. Podemos aceitar como

¹⁴ H. D. McDonald, *Jesus: Human and Divine*, (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1968), 19.

¹⁵ *Ibid.*, 30.

¹⁶ Conf. G. C. Berkouer, *The Person of Christ* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1969), 226-227.

¹⁷ Pannenberg, 189.

verdade que Jesus era homem e que possuía uma personalidade individual. Nos dizeres de H. R. Mackintosh, “Ele não era apenas Homem, Ele era *um* homem”.¹⁸

P. T. Forsyth conta uma pequena anedota cenótica para ilustrar como foi possível a Deus Se autolimitar e assumir uma natureza humana¹⁹:

Imaginemos uma corte oriental, um jovem e tolo sultão, e um venerável, sábio, vigilante e devotado vizir, em meio a um círculo de “pachas” que a todo tempo urdiam conspirações. Quando o vizir se senta ao lado de seu mestre em uma festa, ele observa que uma gota de veneno foi sorrateiramente colocada na taça imperial. Ele já tinha ouvido rumores de traição; e ele conhece aquele veneno. Sabe muito bem que ele traz uma vagarosa paralisia e morte imminente. Ele só dispõe de um momento para se decidir: e ele toma sua decisão. Não há outra maneira. Ele propõe ao rei um brinde com taças trocadas. E, por isso, ele recebe as consequências da incapacitação de suas faculdades por um ou dois anos de sua vida. Ele sobrevive até que o rei chegue a compreender a plena medida de sua devoção. O monarca demonstra sua gratidão com uma drástica alteração em sua forma de viver e recompensa com sua dignidade real o amor de seu salvador. Agora, indagamos: o que foi, de fato, que incapacitou as faculdades do bom estadista? Não foi o veneno, mas o amor, a vontade, a decisão de tomá-lo com os olhos abertos, e romper com tudo aquilo que prezava para que pudesse salvar o jovem a quem amava.

Quanto maior o poder original, mais energia se requer para sacrificar tudo: a glória pelo serviço e o gozo pela bênção! Assim, Jesus vive uma *πληρωσις* (plerosis) moral em razão de Sua própria *κενωσις* (kenosis).

A Ausência de Pecado em Cristo

A oposição dos arianos à divindade de Jesus (sob a alegação de que a “carne” é um elemento impróprio à Divindade) fez com que, em 377, Basílio sancionasse, através de uma carta, que Cristo não tinha assumido nossa carne pecaminosa, mas algo análogo a ela. Nosso Senhor teria assumido as fraquezas naturais ao homem, mas teria rejeitado a carnalidade que afetaria a pureza de Sua humanidade.

A partir daí, foi colocada ênfase em que a natureza humana não teria sido recebida pelo Logos na condição decaída de Adão. Assim, o Logos não teria assumido a pecaminosidade carnal, mas uma natureza humana imaculada, que não é idêntica à carne pecaminosa, mas apenas semelhante a ela.

Agostinho ensinou, então, que Jesus teria sido o único a nascer sem pecado (*Christi iustitiam, in cuius non tantum divinitate, sed nec in anima in carne ullum potuit, esse peccatum*)²⁰, e atribuiu à Sua concepção miraculosa a justificativa para tal fato. Isso isentava, segundo ele, a humanidade de Jesus da influência do pecado original.

¹⁸ H. R. Mackintosh, *The Doctrine of the Person of Jesus Christ* (Edinburgo: T. & T. Clark, 1972), 385.

¹⁹ P. T. Forsyth, *The Person and Place of Jesus Christ* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, s/d), 296.

²⁰ Agostinho, *De Pecc: Merit.* 2,11,16.

Tradicionalmente, então, as diferentes cristologias têm fundamentado a total ausência de pecado em Cristo sobre duas bases principais. A antiga dogmática derivava a incapacidade de Jesus pecar de Sua divindade; enquanto isso, a cristologia pré-lapsariana atribuía-o ao fato de Jesus ter assumido a natureza humana incontaminada pelo pecado.

Outras cristologias têm negado veementemente essas duas posturas. Modernamente, Karl Barth enfatizou que Cristo “tem natureza idêntica à nossa sob as condições da queda”.²¹ Pannenberg declara que:

a concepção de que, na encarnação, Deus não assumiu a natureza humana em seu estado pecaminoso e corrompido, mas apenas ligou-Se a uma humanidade absolutamente purificada de qualquer forma de pecado, contradiz não apenas a radicalidade antropológica do pecado, mas também o testemunho do Novo Testamento e da teologia cristã primitiva de que o Filho de Deus assumiu a carne pecaminosa e, na própria carne pecaminosa, venceu o pecado.²²

Nessa visão pós-lapsariana, a ausência de pecado em Cristo não equivale a uma incapacidade para o mal que era natural e inerente a Sua humanidade, mas era o resultado de Seu processo de vida como um todo: “O mistério do Filho do Homem é precisamente que portar nossa culpa e ter santidade imaculada são fatos que Lhe podem ser simultâneos.”²³

Para esclarecermos esse impasse teológico, em primeiro lugar precisamos ter em mente que o fato de Jesus ter vivido uma vida sem pecado não é a mesma coisa que dizer que tinha uma natureza humana sem *tendência* para o pecado.

É verdade que, no passado, houve quem assumisse que Jesus não podia pecar e que, portanto, Suas tentações não foram tão reais quanto as tentações que nos assediam: Basílio e Epifânio, por exemplo. Cirilo de Alexandria, diante do fato de Jesus nunca haver pecado, chegou a declarar que era supérfluo decidir se, de fato, Ele podia ou não haver pecado.²⁴ Apesar de o Concílio de Constantinopla ter decidido, em 553, que uma aceitação da incapacidade de pecar (*impeccabilitas*), existente em Jesus desde o princípio, não deveria ser atribuída à Sua natureza humana como tal, nem derivada diretamente da união hipostática, isto é, da hegemonia da divindade sobre a natureza humana, a mais antiga dogmática protestante e a teologia do século XIX voltaram a defender, pelo menos, uma incapacidade para o pecado, como, por exemplo, F. Schleiermacher e outros (Phillip Schaff e Alexander B. Bruce)²⁵.

²¹ Barth, 167.

²² Pannenberg, 362.

²³ Berkouwer, 250.

²⁴ Pannenberg, 358.

²⁵ Citados em *Questions on Doctrines*, p. 63.

E. J. Waggoner, famoso por sua participação na Conferência Geral de 1888, declarou que Cristo não podia pecar.²⁶ Louis Berkhof, eminente teólogo protestante, afirmou ser difícil “imaginar as tentações dAquele que não podia pecar”.²⁷

De modo geral, na teologia recente, tanto os pré-lapsarianos quanto os pós-lapsarianos concordam que Jesus não cometeu pecado - qualquer que seja sua concepção de pecado. As duas correntes tampouco negam a realidade das tentações de Jesus ou sequer afirmam que, para Jesus, era impossível pecar. “Na aceitação de que Jesus era um homem verdadeiro e real, é claro que não pode ser negado que era possível a Ele pecar. Essa possibilidade está diretamente relacionada a Sua natureza humana.”²⁸

Isso está em harmonia com o que ensinam as Sagradas Escrituras: “não conheceu pecado” (2 Cor. 5:21); “em tudo foi tentado, mas sem pecado” (Heb. 4:15); “Ele não cometeu pecado” (1 Ped. 2:22); e “nEle não há pecado” (1 Jo. 3:5).

Especialmente entre os pós-lapsarianos, a partir das discussões cristológicas com Carl Ullmann e Wilhelm Herrmann, “a ausência de pecado em Jesus deixa de ser buscada” em Sua natureza humana, “mas *extra Se*, nas mãos do Pai”, como fruto de Sua íntima relação com Ele.²⁹ Jesus venceu o pecado por causa de Sua inteira dependência de Deus e é dessa total dependência que carecemos para sermos aceitos como vitoriosos. Afinal de contas, o brado desesperado de Jesus não foi “Meu poder, meu poder, por que Me abandonaste?”, como se encontra registrado no apócrifo “Evangelho de Pedro”, mas “Deus meu, Deus meu, por que Me desamparaste?” - Mar. 15:34.³⁰

Portanto, o *pivot* da questão não é se Cristo podia ou não pecar, pois a resposta é sim; nem tampouco se foi mesmo tentado ou não, pois a resposta também é sim: “depois da pomba, o diabo - depois da água, o deserto.”³¹ O crucial é saber se Cristo tinha ou não propensão para o pecado. As implicações da resposta a essa indagação têm dupla dificuldade, para a teologia de um modo geral. Se Cristo não tinha propensões para o pecado, como explicar que não as tenha recebido como um legado de Maria? E como continuar mantendo que houve solidariedade da parte de Deus para com o homem se houve reservas quanto à Sua total identificação com o pecador? Por outro lado, se Cristo tinha uma natureza pecaminosa, Ele não poderia ter oferecido um sacrifício perfeito, sem mancha. Se esse fosse o caso, Heppenstall argumenta que Ele precisaria

²⁶ E. J. Waggoner, *The Signs of the Times*, 21/01/1889. Citado por Roy Adams, *The Nature of Christ* (Hagerstown, Maryland: Review and Herald, 1994), 73.

²⁷ Louis Berkhof, *Systematic Theology*, 338. Citado por Adams.

²⁸ Carl Ullmann, *The Sinlessness of Jesus* (Edinburgo: T. & T. Clark, 1870), 163.

²⁹ Pannenberg, 363.

³⁰ Stephen Davis (ed.), *Encountering Jesus: A Debate on Christology* (Atlanta: John Knox Press, 1988), 113.

³¹ Em inglês: “after the dove the devil - after the water the wilderness,” cf. McDonald, 31.

oferecer um sacrifício por Sua própria pecaminosidade (como o faziam os sacerdotes levíticos).³² A eficácia do sacrifício de Cristo jaz em Sua absoluta isenção de pecado e em Sua Divindade, pois a expiação que fez e Sua isenção do pecado se complementam mutuamente.

Saliento, todavia, que a implicação de que, se Jesus tivesse assumido a natureza de Adão antes da queda, Ele não poderia tornar-Se exemplo para nós (uma vez que não teria combatido o pecado nas nossas mesmas condições), é uma das mais pertinentes aqui em relação às discussões que ora ocorrem na teologia adventista.

Surpreendentemente, a Bíblia não dá uma resposta explícita à indagação se Jesus poderia ou não ter cedido ao pecado. Mas ela deixa claro que Ele foi severamente tentado, e, portanto, parece subentender uma resposta afirmativa.

De acordo com Webster, há

duas linhas de pensamento aparentemente contraditórias com relação a Cristo e o problema do pecado por ocasião da encarnação. Uma linha declara que Cristo tomou a natureza caída e pecaminosa do homem depois da queda, e a outra põe ênfase na total isenção de pecado da natureza humana de Cristo.³³

Esse é um problema relevante que tem resultado em diferentes posicionamentos soteriológicos.

O Pensamento de Ellen G. White

Apesar de um posicionamento aparentemente ambíguo em relação à real natureza humana de Cristo - se pré-lapsariana ou pós-lapsariana - Ellen White nunca negou a realidade das tentações de Cristo. Ela se pronunciou, dizendo:

As tentações às quais Cristo esteve sujeito foram uma terrível realidade. Como um agente livre, Ele foi posto à prova, **com liberdade para ceder às tentações de Satanás** e agir contrariamente aos propósitos de Deus. Se não fora assim, se não tivesse sido possível que Ele caísse, então Ele não podia ter sido tentado em todos os pontos em que a família humana é tentada.³⁴

permitiu Deus que viesse Seu Filho, impotente criancinha, sujeito à fraqueza da humanidade. Permitiu que enfrentasse os perigos da vida em comum com toda a alma humana, combatesse o combate como qualquer filho da humanidade o tem de fazer, **com risco de fracasso e ruína eterna.**³⁵

³² Edward Heppenstall, *The Man Who Is God: A Study of the Person and Nature of Jesus, Son of God and Son of Man* (Washington, DC: Review and Herald, 1977), 140.

³³ Eric C. Webster, *Crosscurrents in Adventist Theology* (Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1984), 120.

³⁴ E. G. White, em F. Nichol, ed. *SDABC*, (Washington, DC: Review and Herald, 1953-1957), 5: 1082.

³⁵ Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira), 34.

Ellen White nada mais faz do que reconhecer a realidade da tentação de Cristo, conforme as Escrituras a declaram: “foi Ele tentado em todas as cousas, à nossa semelhança, mas sem pecado” - Heb. 4:15. A Bíblia não declara que as tentações de Jesus foram exatamente as mesmas que o homem comum enfrenta. Ele foi tentado “à nossa semelhança”, isto é, Cristo foi tentado naquilo que constituía uma tentação para Ele: abortar ou alterar Sua missão, agir de forma autônoma ou independente de Deus, fazer uso de Sua divindade para Seu próprio benefício.

Roy Adams, declara que: “qualquer um de nós que pense, por um momento sequer, que nossas tentações possam se comparar, em intensidade, às de Jesus, está sendo patentemente ridículo.”³⁶

A intensidade das tentações de Cristo foi infinitamente superior à intensidade de nossas próprias tentações!

Foi tão difícil para Ele [Jesus] descer ao nível dos homens quanto o seria para o homem elevar-se ao nível da divindade, deixando para trás sua natureza depravada.³⁷

Cristo foi tentado de forma cem vezes mais severa do que Adão o foi, e sob circunstâncias ainda mais probantes.³⁸

as refinadas sensibilidades de Sua natureza santa faziam com que o contato com o mal fosse indescritivelmente doloroso para Ele.³⁹

Como afirmado acima, Ellen White ora dá a entender que Jesus assumiu a natureza de Adão com perfeita isenção de pecado, e ora afirma que Ele assumiu a natureza pecaminosa do homem.

Como consequência disso, três tendências de interpretação de suas declarações se têm desenvolvido na IASD:

- a) A primeira corrente ensina que tanto Cristo quanto os seres humanos em geral têm a mesma natureza humana pecaminosa, com a distinção única de desempenho: Cristo não pecou, os seres humanos sim. Essa corrente tem como seus principais representantes⁴⁰: M. L. Andreasen, Robert J. Wieland, Kenneth H. Wood, Herbert E. Douglass e Thomas A. Davis.⁴¹

³⁶ Roy Adams, *The Nature of Christ*, 82.

³⁷ Ellen White, em *SDABC*, v. 7, p. 930.

³⁸ _____, *My Life Today* (Washington, DC: Review and Herald, 1952), 323.

³⁹ _____, *Review & Herald*, 8/11/1887.

⁴⁰ Houve um tempo em que também Robert D. Brinsmead defendeu que durante a encarnação Cristo havia assumido uma natureza humana pecaminosa como a nossa, conf. R. D. Brinsmead, *The Vision by the Hiddekel: A Verse by Verse Commentary on Daniel Eleven* (Denver: International Health Institute, 1966). Quando confrontado por Desmond Ford e Hans LaRondelle, estudou melhor o assunto, e abandonou sua posição inicial.

⁴¹ Conf. Webster, 121n.

- b) A segunda corrente dá ênfase às declarações em que Ellen White afirma Sua total isenção de pecado. Entre seus defensores encontram-se: Leroy E. Froom, Edward Heppenstall, Desmond Ford, J. Robert Spangler⁴² e Norman Gulley⁴³.
- c) Mais recentemente, tem acontecido uma clarificação da segunda corrente, segundo a qual, Cristo teria recebido a natureza humana decaída em todos os aspectos idêntica à do homem em geral, com uma única exceção: Sua absoluta isenção de propensões para o pecado. Entre os defensores dessa posição incluem-se: Roy Adams e Herman Bauman.⁴⁴

A melhor maneira de compreendermos qual dessas posições se sustenta é observarmos como a própria cristologia de Ellen White se desenvolveu acerca do assunto em questão.

A cristologia de Ellen White reflete, de certa forma, a compreensão teológica de sua época. Ellen White mantém em tensão os dois conceitos aparentemente contraditórios, mas o faz de forma dialética (conforme declara Webster⁴⁵).

Abraham Kuyper, um teólogo que lhe foi contemporâneo, declarou que “esta íntima união do Filho de Deus com a natureza humana decaída não implica a menor participação em nosso pecado e culpa.”⁴⁶

Robert L. Ottley, outro teólogo de sua época, afirmou que:

Portanto o mistério da Encarnação jaz na aparente contradição da união de Cristo com a nossa natureza decaída, que, por um lado, é tão íntima que O torna susceptível a suas tentações e, por outro, O mantém completamente afastado de qualquer comunhão com seu pecado.⁴⁷

Além disso, a posição de Ellen White foi muito influenciada pela obra de um ministro anglicano denominado Henry Melville (1798-1871). Uma pesquisa

⁴² *Ibid.*

⁴³ Conf. informação prestada pelo Prof^o Alberto R. Timm em sua classe “Desenvolvimento da Doutrina do Santuário no Contexto do Conflito Cósmico” para o Programa do Doutorado em Teologia da Universidad Adventista del Plata, fev. de 1997.

⁴⁴ Conf. Herman Bauman, “E o Verbo Se Fez Carne”, *Ministério*, jul./agosto de 1995, 15-20. (Tradução do artigo “And the Word Was Made Flesh”, *Ministry*, dez. de 1994, 18-21). Veja-se ainda: Milton L. Torres, “O Perfeccionismo e a Volta de Jesus”, *Ministério*, nov./dez. de 1996, 18-20.

⁴⁵ Webster, 126.

⁴⁶ Abraham Kuyper, *The Work of the Holy Spirit* (Londres: Funk & Wagnalls, 1900), 84-85. Citado por Webster, 126.

⁴⁷ Robert L. Ottley, *The Doctrine of the Incarnation* (Londres: Methuen & Co., 1896), 604. Citado por Webster, 126.

realizada por Ron Graybill, Warren H. Johns e Tim Poirer⁴⁸ tem provado que ela citou extensamente de um de seus livros.⁴⁹

O White State tem sua cópia particular [de Ellen White] do livro de Melville, amplamente sublinhada. Chama a atenção o sermão de Melville intitulado “The Humiliation of the Man Christ Jesus”, o qual foi consideravelmente usado por Ellen White, especialmente em seu artigo “Christ Man’s Example.”⁵⁰ Nesse sermão, Melville argumenta que houve duas consequências da queda na natureza do homem:

- a) fraquezas inocentes, como fome, dor, cansaço, tristeza e morte (que são introduzidas pelo pecado, mas não são pecados);
- b) propensões para o pecado, que interpreta como sendo “tendência para o pecado”.

O interessante é que ele atribui a Cristo as primeiras, mas não as segundas: “Mas, enquanto Ele [Cristo] tomou a humanidade com suas fraquezas inocentes, Ele não a tomou com propensões pecaminosas.”⁵¹

Conclui-se, portanto, que, embora Ellen White não tenha estabelecido diretamente essa distinção entre “propensões para o pecado” e “fraquezas inocentes”, ela, com muita probabilidade, tinha consciência da mesma e a empregava de forma sutil.

Por isso, citações aparentemente contraditórias, como as que são dadas abaixo, podem ser harmonizadas dentro desse paradigma:

Cristo é chamado de segundo Adão. Em pureza e santidade, ligado a Deus e amado por Deus, Ele começou onde o primeiro Adão começou. Voluntariamente Ele passou pelo terreno em que Adão havia caído, e remiu a falha de Adão.⁵²

não devemos ter dúvida acerca da perfeita ausência de pecado na natureza humana de Cristo.⁵³

assumiu Sua posição como cabeça da humanidade por tomar a natureza, não a pecaminosidade do homem.⁵⁴

tomou sobre Si nossa natureza pecaminosa.⁵⁵

tomando sobre Si a natureza humana em Seu estado decaído.⁵⁶

⁴⁸ Ron Graybill, Warren H. Johns e Tim Poirer, *Henry Melville and Ellen G. White: A Study of Literary and Theological Relationships* (Washington, D.C.: Ellen G. White State, 1982).

⁴⁹ Henry Melville, *Melville’s Sermons* (Nova Iorque: 1844).

⁵⁰ *Review & Herald*, 05/07/1887.

⁵¹ Melville, 47.

⁵² Ellen White, *The Youth’s Instructor*, 2 de junho de 1898. Citado em *Questions on Doctrine*, 650.

⁵³ _____, *Selected Messages*, (Washington, DC: Review and Herald, 1980), 1: 256,

⁵⁴ _____, *SDABC*, 7: 912.

⁵⁵ _____, *Review & Herald*, 15/12/1896.

⁵⁶ _____, *Selected Messages*, 1: 256.

Destarte, pode-se afirmar que a declaração de Knight acerca do posicionamento de Ellen G. White quanto à natureza humana de Cristo está muito próxima da verdade:

Não há a menor dúvida que Ellen White acreditava que Cristo assumiu, na Encarnação, a natureza humana decaída. Qualquer que tenha sido seu conceito dessa natureza, contudo, está claro que ele não incluía quaisquer propensões para o pecado.⁵⁷

Se as declarações de Ellen White têm ares de ambilapsarianismo, como corolário disso, surge a importante inquietação: Cristo tinha propensão para o pecado? Isso pode ficar mais claro se a pergunta puder ser reformulada nos seguintes termos: Cristo sentiu vontade de pecar?

Heppenstall define propensão como “uma tendência ou predisposição para uma certa linha de ação, que é, com freqüência, o resultado de características inerentes. Teologicamente, significa uma disposição da mente, a tendência ou inclinação para pecar como resultado da separação de Deus.”⁵⁸

A Bíblia chama essa propensão de **concupiscência**: “Mas cada um é tentado, quando atraído e engodado pela sua própria concupiscência” - Tia. 1:14.

Gil define “concupiscência” teologicamente como sendo

a inclinação afetiva, não controlada nem controlável plenamente pela vontade, senão nascida espontaneamente no coração do homem ferido pelo pecado e que, como um peso, lhe impede o vôo da alma a Deus, arrasta-o ao amor dos bens criados e a [a alma] encerra em seu egocentrismo e egoísmo.⁵⁹

É o que Paulo chama de “lei do pecado”, que “reina em nossos membros” e “nos escraviza sob o poder do pecado” - Rom. 7:21-25.

Obviamente, o observador atento dessa definição não poderá conceber que Cristo Jesus tenha tido qualquer propensão pecaminosa porque nEle não se pode imaginar qualquer convivência com o pecado. No entanto, conforme dito acima, negar a existência de propensões pecaminosas em Jesus não equivale a negar Sua sensibilidade à tentação. Tal sensibilidade se relaciona àquilo que os pais da igreja (Damasceno e Jerônimo⁶⁰) chamavam de “paixões inocentes”⁶¹.

Conforme mencionado acima, alguns advogam que, para ser nosso exemplo em todos os sentidos, era necessário que Cristo vencesse o pecado nas mesmas condições em que somos chamados a fazê-lo. Mas isso não pode ser verdadeiro porque uma compreensão teológica do assunto indica que Cristo resistiu a

⁵⁷ George Knight, *From 1888 to Apostasy: The Case of A. T. Jones* (Washington, DC: Review and Herald, 1987), 141.

⁵⁸ Heppenstall, 131.

⁵⁹ Gil, 333.

⁶⁰ *Ibid.*, 334.

⁶¹ As “fraquezas inocentes” de Henry Melvill.

tentações muito maiores do que aquelas às quais jamais fomos chamados a fazê-lo.

Martin Weber declara que basicamente a diferença entre as tentações de Cristo e as dos demais homens é precisamente uma diferença de graus:

Cristo foi tentado a suprimir a Sua natureza humana adquirida e liberar Sua divindade natural. Nós somos tentados a suprimir nossa natureza espiritual adquirida e liberar nossa pecaminosa natureza humana.⁶²

Retornando a Ellen White, não podem restar dúvidas a respeito de como ela encarava a questão:

Ele é um irmão em nossas enfermidades, mas não no possuir semelhantes paixões. Como Aquele que é sem pecado, Sua natureza repugnava o pecado.⁶³

Seja cuidadoso, extremamente cuidadoso a respeito de como lidar com a natureza humana de Cristo. Não o apresente ao povo como sendo um homem com propensões para o pecado... Ele podia ter caído, mas em nenhum momento houve nele qualquer propensão para o mal. Ele foi assaltado pelas tentações no deserto da mesma forma que Adão o foi no Éden.⁶⁴

Foi Cristo o único Ser livre de pecado, que já existiu na Terra.⁶⁵

Por que há tanta polêmica na IASD com respeito a isso? Há uma razão histórica e teológica para tal.

Provavelmente, a primeira vez em que houve um confronto na igreja a respeito da natureza de Cristo tenha sido por ocasião do pronunciamento de A. T. Jones a esse respeito, na Assembléia da Conferência Geral, em 1895:

A natureza de Cristo é precisamente a nossa natureza. Em Sua natureza humana não há sequer uma partícula de diferença entre Ele e vocês.⁶⁶

Jones foi confrontado pelos delegados com a citação de Ellen White do *Testimonies for the Church* (citada acima), e foi obrigado a voltar atrás na sessão seguinte. No entanto, em vez de publicamente admitir seu equívoco, buscou uma evasiva: “Ele [Cristo] foi feito em semelhança de carne pecaminosa; não em semelhança de mente pecaminosa. Não arrastemos Sua mente a isso. Sua carne era nossa carne; mas a mente era “a mente de Cristo Jesus.”⁶⁷

⁶² Martin Weber, *More Adventists Hot Potatoes*. 69.

⁶³ Ellen G. White, *Testimonies for the Church* (Mountain View, CA: Pacific Press, 1948), 2: 202.
⁶⁴ _____, *Carta 8*, 1895. Citada no *SDABC*, v. 5, 1128.

⁶⁵ *O Desejado de Todas as Nações*, 49.

⁶⁶ A. T. Jones, *1895 General Conference Bulletin*. Citado por Knight, 136.

⁶⁷ *Ibid.*, 138.

Por causa dessa diferença de opinião, alguns irmãos dissidentes insistem até hoje que a principal razão para a apostasia de Waggoner e Jones, os dois baluartes da mensagem da justificação pela fé, teria sido exatamente uma “rejeição” por parte da Igreja de sua visão acerca da natureza pós-lapsariana de Cristo⁶⁸: “Eles foram afastados pela persistente e injustificada oposição dos irmãos a quem Deus os havia enviado a iluminar.”⁶⁹

De acordo com Sparks, “está bem documentado que, antes de 1952, todos os nossos escritores [adventistas] estavam de acordo que Cristo tomara a natureza decaída do homem.”⁷⁰ A partir daí, houve uma mudança para a posição de que Cristo tinha uma natureza humana incontaminada pelo pecado.

Segundo Knight, essa ampla aceitação se deve principalmente ao fato de que, até aquela época, a natureza de Cristo não tinha sido vista pela igreja como uma questão teológica⁷¹. Mas houve, então, dois divisores de água que podem ser responsabilizados por essa mudança de atitude:

- a) primeiro, a “descoberta” da chamada “carta Baker”, escrita por Ellen White a W. L. H. Baker, em fevereiro de 1896, na qual ela declara abertamente que “nem mesmo por um momento houve nEle [isto é, em Cristo] uma propensão pecaminosa”;
- b) segundo, a publicação, em 1957, da obra *Seventh-day Adventists Answer Questions on Doctrines* (doravante, *Questions on Doctrines*), para a qual foi formado um Comitê Editorial composto pelos principais teólogos adventistas da época⁷², a fim de organizar um catálogo sistemático de respostas a algumas relevantes questões doutrinárias da IASD (isso aconteceu porque uma grande editora norte-americana estava interessada em publicar um livro sobre a história e as principais crenças dos adventistas⁷³. Depois de uma reflexão de dois anos, a obra *Questions on Doctrines* foi publicada.

O Comitê Editorial fez minuciosa pesquisa acerca da natureza humana de Cristo (da qual resultou o Apêndice B: “A Natureza de Cristo durante a Encarnação”)⁷⁴ e chegou à conclusão de que tal natureza era uma “natureza humana incontaminada pelo pecado”.⁷⁵

⁶⁸ Não concordamos, no entanto, que o que tenha afastado da Igreja os dois pioneiros tenha sido uma polêmica teológica quanto a esse assunto.

⁶⁹ Robert J. Wieland & Donald K. Short, *1888 Re-Examined: The Story of a Century of Confrontation between God and His People*, 116.

⁷⁰ Vernon Sparks, *And This Gospel of the Kingdom* (Eatonville, Washington: Hope International, 1995), 150.

⁷¹ Knight, 133.

⁷² Dentre eles, podemos citar L. E. Froom, W. E. Read e R. A. Anderson.

⁷³ A editora em questão acabou publicando a obra: Walter R. Martin, *The Truth About Seventh-day Adventism* (Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1960).

⁷⁴ *Questions on Doctrines*, 647-660.

⁷⁵ Conf. subtítulo da p. 650.

No entanto, conforme uma das declarações introdutórias daquele volume, “os Adventistas do Sétimo-dia crêem que a compreensão que o homem tem da verdade de Deus é progressiva”⁷⁶, segundo Prov. 4:18. Além disso, declaram os membros do Comitê Editorial: “Conquanto aceitemos a Bíblia e somente a Bíblia como nossa regra de fé e prática, nós claramente reconhecemos que não compreendemos perfeitamente toda a verdade que Deus gostaria que Seus filhos soubessem hoje.”⁷⁷

Por causa dessa visão de humilde reverência para com a Palavra de Deus, tem sido possível a esta igreja amadurecer em sua compreensão teológica acerca de muitos assuntos. Recentemente, Adams tem proposto aquilo que chama de “terceira opção”⁷⁸. Ele declara: “Nós cremos - e sempre temos crido - que Cristo assumiu sobre Si a natureza de seres humanos decaídos!”⁷⁹

Nós cremos nisso. Nós pregamos isso. Nós ensinamos isso. Nossa igreja seria anticristo se não acreditasse nisso. Será que posso ser mais claro do que isso? Mas há apenas uma **pequena** exceção... E essa **pequena** exceção **representa toda a diferença do mundo.**⁸⁰

A razão para uma insistência no fato de que Jesus tenha recebido a natureza pecaminosa de Adão após o pecado, mesmo contrariando as declarações de Ellen White, é simples: o que se quer é estabelecer o ponto fundamental de que **o que Cristo fez nós também podemos fazer!**

Segundo os defensores adventistas do pós-lapsarianismo:

É impossível ter a fé neo-testamentária em Cristo e continuar pecando. Não podemos nos desculpar alegando que somos apenas humanos... Ele [Cristo] não pode ministrar para sempre o Seu sangue, em substituição, para cobrir o pecado perpétuo de Seu povo. Ele deve ter um povo que vença como Ele venceu, um povo que “condene o pecado na carne.”⁸¹

Sparks, por exemplo, declara: “A morte de Cristo torna a vida temporal acessível livremente a todos, mas eles precisam obedecer. Assim, essa vida temporal é uma oportunidade para que todos aprendam a respeitar o princípio universal do ‘obedeça e viva.’”⁸² E, por isso, chega à inevitável conclusão: “não há justificação que não seja condicional à obediência.”⁸³

⁷⁶ *Ibid.*, 9.

⁷⁷ *Ibid.*

⁷⁸ Adams, 28.

⁷⁹ *Ibid.*, 27.

⁸⁰ *Ibid.*, 59.

⁸¹ Wieland & Short, 156.

⁸² Sparks, 127.

⁸³ *Ibid.*, 131.

Uma defesa do perfeccionismo jaz no cerne dessa disputa. O desejo de que a Igreja atinja a perfeição das obras é o motor de uma insistência quanto ao ponto de que Cristo tenha tido propensões para o pecado.

Um outro baluarte da teologia adventista que caiu vítima desse engano foi M. L. Andreasen, autor de *O Ritual do Santuário*.⁸⁴ Ele acreditava que o grupo vivo por ocasião do retorno de Jesus terá alcançado absoluta perfeição ou santidade. Antes que a volta de Jesus possa ocorrer, os 144 mil terão eliminado e destruído o pecado, o que ele considerava como sendo parte da purificação do santuário.

Enquanto caminhamos pela senda da santificação, enfrentando um problema de cada vez, nós progredimos em santificação e nos aproximamos da santidade. Desde o momento em que começamos, Deus nos está imputando justiça. Não estamos ainda perfeitos, mas estamos na direção certa, e se morrermos antes de alcançar o alvo, Deus julgará nossos motivos e dar-nos-á crédito pelo que teríamos feito caso tivéssemos tido a oportunidade.⁸⁵

Esta declaração é evidentemente legalista. Andreasen ensinava que a volta de Jesus só poderia ocorrer quando Ele não mais fosse detido no santuário celestial pela obra de interceder em favor de pecadores. Quando Seu povo, na terra, tivesse alcançado a perfeição, então Ele poderia abandonar o Seu ofício e vir ao encontro deles. Mas, para que pudesse estabelecer este tipo de teologia, era necessário que ele a fundamentasse com o ensinamento de que Cristo tinha propensões para o pecado:

Que Deus tenha isentado a Cristo das paixões que corrompem o homem é o acme de toda a heresia. É a destruição de toda religião verdadeira e anula completamente o plano da redenção. Faz de Deus um enganador e de Cristo o Seu cúmplice.⁸⁶

Por causa de toda a amargura e ressentimento que restou dos confrontos de Andreasen com outros teólogos adventistas (especialmente com LeRoy From, W. E. Read, T. E. Unruh e Roy Allan Anderson), ele passou a assumir uma atitude contrária à Igreja, que acabou culminando com a suspensão de suas credenciais, em 1958.

O problema desse tipo de teologia é tríplice:

- a) primeiramente, há uma necessidade cada vez menor de um Redentor. Se, algum dia antes da segunda vinda, um grupo de homens viverá nessa terra sem a necessidade da intercessão de Cristo, por que eu

⁸⁴ Em inglês: *The Sanctuary Service* (Washington, DC: Review and Herald, 1947).

⁸⁵ M. L. Andreasen, *The Book of Hebrews*, 466 - em espanhol: *El libro de Hebreos* (Chillan: CAC, 1993).

⁸⁶ M. L. Andreasen, *The Incarnation: Was Christ Exempt?*, p. 8. Citado por Adams, p. 51.

precisaria dela hoje? Não poderia ser eu vitorioso contra o pecado por minhas próprias forças?

- b) em segundo lugar, a defesa de um perfeccionismo absoluto geralmente descamba para o legalismo;
- c) finalmente, a própria idéia da demora da segunda vinda é uma resultante da concepção de que nós precisamos fazer alguma coisa para que Cristo possa voltar, quando o correto seria que nós simplesmente deixássemos o Mestre Jesus realizar Sua obra em nós, porque compete ao beneplácito divino definir tempos e estações.

Conclusões

Ao fazermos a aproximação de três importantes fontes para o pensamento teológico da IASD (isto é, a Bíblia, os escritos de Ellen White e a cristologia histórica - ou tradição cristológica), podemos afirmar que os pontos fundamentais para uma integralização coerente dessas fontes com respeito à natureza humana de Cristo, jazem nos seguintes aspectos:

- a) que uma compreensão acerca da natureza humana de Cristo é teologicamente pertinente (isto é, que tal compreensão é indispensável para um melhor entendimento do plano da salvação);
- b) que a humanidade de Cristo era real (conf. Jo. 1:14);
- c) que a natureza humana de Cristo era decaída, mas sem apresentar qualquer propensão para o pecado (isto é, que Jesus não pecou nem teve vontade de pecar);
- d) que as tentações de Cristo eram reais (conf. Heb. 4:15) e muito mais intensas do que as nossas (isto é, que Jesus não pecou, mas poderia ter pecado).

Com respeito aos pontos enumerados acima, não se pode, obviamente, afirmar que haja unanimidade (nem talvez consenso) acerca de como são enunciados. No entanto, nossa pretensão é que esses aspectos, entendidos conforme os apresentamos, coadunam-se, com coerência, na formação de uma cristologia da natureza humana de Cristo que não peque, por um lado, nem por passar por alto o evento histórico da encarnação (com todos os fatores nele envolvidos - como a solidariedade de Deus e a identificação de Cristo com o homem, provendo-lhe um exemplo perfeito), nem tampouco, por outro lado, por uma excessiva identificação de Cristo com a natureza humana decaída (o que comprometeria a compreensão que esta igreja tem do processo expiatório e/ou abriria caminho para um perfeccionismo legalista, que acabaria por esgotar o crente e por desviar sua atenção do **perfeito sacrifício substitutivo** realizado por Cristo na cruz do Calvário).

Parafrazeando a surpreendente expressão de unidade na dualidade encontrada na Carta de Inácio de Antioquia aos Efésios⁸⁷:

Há somente um médico
que é, ao mesmo tempo,
vida na morte,
caído e não caído,
gerado e não gerado,
humano e divino,
passivo e impassivo,
o nosso Senhor Jesus Cristo.

⁸⁷ Walter Kasper, *Jesus the Christ* (Londres: Burns & Oates, 1985), 232.